

15/12/2018

Direito Agrário

Professor: Luiz Jungstedt

Direito Agrário - 04

Princípios (Parte II)

Princípio do Desenvolvimento Sustentável

O princípio do Desenvolvimento Sustentável é o elo entre o direito agrário e o direito ambiental. Para se ter um desenvolvimento sustentável precisa-se do desenvolvimento econômico, desenvolvimento social com uso racional dos recursos naturais.

No novo Código Agrário Florestal (Lei n. 12.651/2012) podemos destacar três passagens: o cadastro ambiental rural, a agricultura familiar e o módulo fiscal.

O CAR está disciplinado nos art. 29 e 30 desta lei. O CAR não visa reconhecer propriedade, tem como objetivo conhecer as propriedades rurais.

A agricultura familiar tem disciplina nos art. 52 ao 58 do Código florestal.

Art. 52. Lei n. 12.651/2012. A intervenção e a supressão de vegetação em Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal para as atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental, previstas no inciso X do art. 3o, excetuadas as alíneas b e g, quando desenvolvidas nos imóveis a que se refere o inciso V do art. 3o, dependerão de simples declaração ao órgão ambiental competente, desde que esteja o imóvel devidamente inscrito no CAR.

Art. 3o Lei n. 12.651/2012. Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

V - pequena propriedade ou posse rural familiar: aquela explorada mediante o trabalho pessoal do agricultor familiar e empreendedor familiar rural, incluindo os assentamentos e projetos de reforma agrária, e que atenda ao disposto no art. 3o da Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006;

No inciso V, do art. 3 do Código Florestal temos o conceito de pequena propriedade ou posse rural familiar.

O módulo fiscal é um instituto totalmente do direito agrário, usado no Código Florestal para delimitação das áreas consolidadas (são áreas que estão em desacordo com a legislação ou já suprimiram a floresta e não há possibilidade de recuperação).

O aspecto social da função social da propriedade rural é retratado através do princípio da despublicização que leva a regularização fundiária, bem como a reforma agrária e o princípio do consensualismo representado pelas cláusulas obrigatórias nos contratos agrários, tratadas nos art. 95, XI e 96, VII, do Estatuto da Terra.

O princípio da despublicização visa o aproveitamento das terras devolutas da União, nos termos do art. 10 do Estatuto da Terra.

Art. 10. Lei n. 4504/64. O Poder Público poderá explorar direta ou indiretamente, qualquer imóvel rural de sua propriedade, unicamente para fins de pesquisa, experimentação, demonstração e fomento, visando ao desenvolvimento da agricultura, a programas de colonização ou fins educativos de assistência técnica e de readaptação.

§ 1º Somente se admitirá a existência de imóveis rurais de propriedade pública, com objetivos diversos dos previstos neste artigo, em caráter transitório, desde que não haja viabilidade de transferi-los para a propriedade privada.

§ 2º Executados os projetos de colonização nos imóveis rurais de propriedade pública, com objetivos diversos dos previstos neste artigo, em caráter transitório.

§ 3º Os imóveis rurais pertencentes à União, cuja utilização não se enquadre nos termos deste artigo, poderão ser transferidos ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, ou com ele permutados por ato do Poder Executivo.

Art. 13. Lei n. 8629/93. As terras rurais de domínio da União, dos Estados e dos Municípios ficam destinadas, preferencialmente, à execução de planos de reforma agrária.

Parágrafo único. Excetuando-se as reservas indígenas e os parques, somente se admitirá a existência de imóveis rurais de propriedade pública, com objetivos diversos dos previstos neste artigo, se o poder público os explorar direta ou indiretamente para pesquisa, experimentação, demonstração e fomento de atividades relativas ao desenvolvimento da agricultura, pecuária, preservação ecológica, áreas de segurança, treinamento militar, educação de todo tipo, readaptação social e defesa nacional.

As terras devolutas serão objeto de assentamento rural.

No âmbito do direito administrativo, o princípio da indisponibilidade do bem público da União informa que o regime jurídico dos bens públicos gera inalienabilidade, imprescritibilidade, impenhorabilidade e não onerosidade. A ideia é que o bem público tenha essas 4 características informadoras do seu regime e tais características protegem o bem público para que este atenda a sua função social.

O bem público analisado sob o enfoque do direito agrário pede a despublicização. A despublicização atinge o bem dominical, a terra devoluta que não está sendo utilizada, visando atender sua função social. Já a inalienabilidade atinge o bem público de uso comum e de uso especial. O bem dominical pode ser alienado, conforme prevê o art. 101 do Código Civil/2002.

O princípio da consensualidade tem ligação com os contratos agrários. Os contratos agrários podem ser verbais, inclusive, provados por testemunhas, conforme dispõe os arts. 11 e 14 do Decreto n. 59.566/66.

Além de admitir contratos verbais, teremos também as cláusulas obrigatórias nos contratos agrários para proteger o trabalhador rural, conforme prevê o art. 95, XI do Estatuto da Terra e o art. 13 do Decreto n. 59.566/66.

Art. 95. Estatuto da Terra. Quanto ao arrendamento rural, observar-se-ão os seguintes princípios:

XI - na regulamentação desta Lei, serão complementadas as seguintes condições que, obrigatoriamente, constarão dos contratos de arrendamento:

- a) limites da remuneração e formas de pagamento em dinheiro ou no seu equivalente em produtos; (Redação dada pela Lei nº 11.443, de 2007).
- b) prazos mínimos de arrendamento e limites de vigência para os vários tipos de atividades agrícolas; (Redação dada pela Lei nº 11.443, de 2007).
- c) bases para as renovações convencionadas;
- d) formas de extinção ou rescisão;
- e) direito e formas de indenização ajustadas quanto às benfeitorias realizadas;

Art 13. Decreto n. 59.566/66. Nos contratos agrários, qualquer que seja a sua forma, contarão obrigatoriamente, cláusulas que assegurem a conservação dos recursos naturais e a proteção social e econômica dos arrendatários e dos parceiros-outorgados a saber (Art. 13, incisos III e V da Lei nº 4.947 - 66);

I - Proibição de renúncia dos direitos ou vantagens estabelecidas em Leis ou Regulamentos, por parte dos arrendatários e parceiros-outorgados (art. 13, inciso IV da Lei número 4.947 -66);

II - Observância das seguintes normas, visando a conservação dos recursos naturais:

a) prazos mínimos, na forma da alínea b, do inciso XI, do art. 95 e da alínea b, do inciso V, do art. 96 do Estatuto da Terra :

- de 3 (três), anos nos casos de arrendamento em que ocorra atividade de exploração de lavoura temporária e ou de pecuária de pequeno e médio porte; ou em todos os casos de parceria;
- de 5 (cinco), anos nos casos de arrendamento em que ocorra atividade de exploração de lavoura permanente e ou de pecuária de grande porte para cria, recria, engorda ou extração de matérias primas de origem animal;
- de 7 (sete), anos nos casos em que ocorra atividade de exploração florestal;

b) observância, quando couberem, das normas estabelecidas pela Lei número 4.771, de 15 de setembro de 1965, Código Florestal, e de seu Regulamento constante do Decreto 58.016 de 18 de março de 1966;

c) observância de práticas agrícolas admitidas para os vários tipos de exportação intensiva e extensiva para as diversas zonas típicas do país, fixados nos Decretos número 55.891, de 31 de março de 1965 e 56.792 de 26 de agosto de 1965.

III - Fixação, em quantia certa, do preço do arrendamento, a ser pago em dinheiro ou no seu equivalente em frutos ou produtos, na forma do art. 95, inciso XII, do Estatuto da Terra e do art. 17 deste Regulamento, e das condições de partilha dos frutos, produtos ou lucros havidos na parceria, conforme preceitua o art. 96 do Estatuto da Terra e o art. 39 deste Regulamento.

IV - Bases para as renovações convencionadas seguido o disposto no artigo 95, incisos IV e V do Estatuto da Terra e art. 22 deste Regulamento.

V - Causas de extinção e rescisão, de acordo com o determinado nos artigos 26 a 34 deste Regulamento;

VI - Direito e formas de indenização quanto às benfeitorias realizadas, ajustadas no contrato de arrendamento; e, direitos e obrigações quanto às benfeitorias realizadas, com consentimento do parceiro-outorgante, e quanto aos danos substanciais causados pelo parceiro-outorgado por práticas predatórias na área de exploração ou nas benfeitorias, instalações e equipamentos especiais, veículos, máquinas, implementos ou ferramentas a ele cedidos (art. 95, inciso XI, letra c e art. 96, inciso V, letra e do Estatuto da Terra);